

OBSOLESCÊNCIA DAS FORMAS DAS ÁREAS CENTRAIS: IMPACTOS FÍSICOS E SOCIAIS

Fernanda Cota Trindade¹, Daniel Ptizer Zippinotti².

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Facig, fer.cota@sempre.facig.edu.br

² Mestre em Geografia, danielpz@gmail.com

Resumo- A partir da década de 1950 as Áreas Centrais passam por uma dinâmica de uma expansão urbana acelerada, que implicou em desdobramentos significativos sobre determinados elementos do seu espaço urbano, que, conseqüentemente, implica em alterações na estruturaⁱ da cidade e do próprio centro podendo incidir diretamente em mudanças das formas espaciais (pré)existentes, as quais podem ser adaptadas às novas necessidades em relação à dinâmica intra-urbana ou podem ser extintas resultando no eventual aparecimento de uma nova forma espacial mais apropriada para atender as novas funções propostas. O presente trabalho tem como proposta apresentar, em que medida as formasⁱⁱ espaciais localizadas nas Áreas Centrais das cidades, sobretudo pensando nas grandes metrópoles capitalistas, podem degradar e eventualmente perderam sua funçãoⁱⁱⁱ e seu valor simbólico. A metodologia utiliza-se de levantamentos bibliográficos com uma análise qualitativa. Contudo, diante desse processo contínuo de transformação das cidades é necessário pensar em como manter a harmonia entre as velhas e novas formas como uma forma de contribuir para a preservação das Áreas Centrais, sem torná-las estática e, ao mesmo tempo, sem impedir o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Área Central; Formas; Intervenção.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

1 INTRODUÇÃO

O centro da cidade, ambiente socialmente e culturalmente produzido e modificado pelos meios de produção vigentes de cada tempo da história é carregado de símbolos e significados, estes centros, por sua vez, têm papel importante na formação da memória coletiva e identidade dos cidadãos, pois carregam a história da cidade. Desde a formação das cidades antigas os centros destas vêm se desenhando e assumindo um papel importante na dinâmica econômica, política e social das cidades.

Conforme indica Villaça (2001), a partir do momento em que há relações sociais entre famílias aglomeradas em um mesmo lugar e que estas começam a se organizar para produzir e consumir, emerge a necessidade da criação instituições comuns, então, começam assim disputas pelas localizações que otimizem o tempo e a energia gastos nos deslocamentos, desse modo o ponto privilegiado dentre estes que irá otimizar ao máximo os deslocamentos da comunidade como um todo passa a ser o Centro. O centro é, portanto, o ponto de convergência de trajetos, de encontro, descanso e abastecimento. Deste modo, quando ele apresenta como atividade principal as trocas comerciais, é definido historicamente como “centro comercial”. Quando são acrescentadas atividades de lazer, religiosa, política, cultural, financeira e de comando, o centro é definido como “centro de negócios”. Já a definição de “centro histórico” está associada à origem do núcleo urbano da cidade, tendo uma importante ligação com o passado (VARGAS; DE CASTILHO, 2006).

Devido as constantes atividades e interações sociais executadas na cidade, surge a Área Central que não se encontra necessariamente no centro geográfico da cidade, ou tampouco coincide com o núcleo histórico que a originou, entretanto, é possível que em alguns casos nela se encontrem sobrepostos o centro comercial, o centro de negócios e o centro histórico da cidade, o que irá lhe conferir uma riqueza ainda maior de fluxos, dinâmicas, símbolos e significados.

Segundo Vargas e de Castilho (2006) às Áreas Centrais apresentam as seguintes características: possui edificações, monumentos, praças, dentre outras formas e espaços que representam as sedimentações e as estratificações da história de uma cidade; capacidade de agregar grande variedade de atividades e ser tolerante às diversidades; presença de atividades terciárias

como comércio, serviços varejistas, de educação, de lazer, financeiros, hotelaria, etc.; intenso fluxo de pessoas, veículos e mercadorias; presença de instituições públicas e religiosas. Ainda como características específicas presentes nas Áreas Centrais das cidades, Barreto (2010) afirma que estas apresentam: fácil acessibilidade e utilização de transportes públicos e representa a memória da cidade não só para residentes, mas também para visitantes.

Além de desempenhar um valor integrador e simbólico na cidade, as Áreas Centrais não estão somente vinculadas ao seu valor cultural, social, histórico e simbólico, mas também no seu valor econômico, com excelente infraestrutura, esse patrimônio construído constitui um enorme capital imobilizado (FARRET, 2006).

O objetivo da pesquisa é apresentar, em que medida as formas espaciais localizadas nas Áreas Centrais das cidades, sobretudo pensando nas grandes metrópoles capitalistas, podem degradar e eventualmente perderam sua função e seu valor simbólico.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é exploratória com uma abordagem qualitativa a respeito do problema discutido. Utiliza-se de levantamentos bibliográficos com temáticas específicas sobre obsolescência urbana, áreas centrais e formas urbanas para discutir o problema e tornar o assunto mais explícito.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Decadência das áreas centrais, intervenções e impactos sociais

O desenvolvimento, crescimento e a urbanização das cidades ocorrem de diferentes formas no mundo, diferenciando-se principalmente entre as cidades europeias e ocidentais. Estas são impactadas (físico e socialmente) não só pelo modo como esses processos ocorreram, mas também pelas alternativas criadas para reverter os impactos negativos desse processo, principalmente nas Áreas Centrais.

Com a intensificação da expansão urbana, na década de 1950, os centros foram sofrendo um processo de degradação e deterioração devido ao surgimento de subcentros em outras áreas da cidade. Estes possuíam uma infraestrutura que atendesse aos novos padrões de consumo dos habitantes que deixavam o centro principal em busca de moradias próximas às novas centralidades (VARGAS; DE CASTILHO, 2006).

Na década de 1960, tem-se o início do surgimento das sub-regiões nas metrópoles e até mesmo cidades médias brasileiras, mas é na década de 1970 que os “novos centros”, ou núcleos secundários, se consolidaram, oferecendo comércios e serviços para as classes mais abastadas da população (VILLAÇA, 2001). Além do surgimento dos subcentros, outro elemento importante refere-se às políticas habitacionais, pois estas foram um fator determinante para o esvaziamento dos centros brasileiros (BRASIL, 2005).

Deteriorar significa estragar, piorar, inferiorizar; Degradar é um processo ligado ao aviltamento, rebaixamento, desmoronamento. Ambos os conceitos quando são utilizados para adjetivar o espaço urbano estão “[...] ligados à perda de sua função, ao dano ou a ruína das estruturas físicas, ou ao rebaixamento do nível do valor das transações econômicas de um determinado lugar.” (VARGAS; DE CASTILHO, 2006, p.3).

A decadência ou deterioração dos centros é popularmente ligada ao abandono dos mesmos pelas classes mais abastadas e sua ocupação pelas camadas populares. A formação de novas frentes imobiliárias e a mobilidade territorial proporcionada pelo aumento da motorização da classe alta contribuiu para a formação de um novo padrão de deslocamento desta população, possibilitando que estas vivessem nas periferias perto dos “novos centros”. Como resultado deste rompimento das classes altas com o centro e o seu deslocamento para periferia, muitos dos edifícios foram abandonados e começaram a deteriorar devido a perda de seu valor imobiliário e diminuição dos investimentos na Área Central (VILLAÇA, 2001).

As intervenções surgem como a principal medida para frear o processo de decadência e deterioração das Áreas Centrais na tentativa de retomar a sua importância enquanto fundador urbano carregado de profundidade histórica. Pode-se indicar que o uso exclusivo para atividades comerciais gera a ideia de que o centro é um lugar vazio, pois só há presença de pessoas no horário comercial, ficando o centro subutilizado nos outros períodos. A sua transformação em centros turísticos, culturais ou comerciais, aumenta a atratividade dos seus imóveis para o mercado imobiliário dificultando o acesso das classes menos privilegiadas, passando a assumir um caráter segregacionista, impulsionando o processo de gentrificação nas áreas em que atua e pressionando ainda mais a precarização da cidade (VARGAS; DE CASTILHO, 2006).

Entretanto, nestes casos os projetos de intervenção em Áreas Centrais degradadas configuram “ideias fora do lugar”, pois o processo de revitalização que busca trazer de volta a vida urbana à área de intervenção acaba por fazer o contrário, expulsando os moradores residentes e dificultando o acesso das camadas menos abastadas da população, de pequenos comerciantes e desfazendo laços com a cultura local. As Áreas Centrais sofrem impactos negativos não só com a degradação e deterioração da sua forma física, mas também com as mudanças das relações sociais que ali ocorrem.

Segundo o Ministério das Cidades, os centros degradados são providos de infraestrutura consolidada e estão inseridos na malha urbana, com terrenos e imóveis subutilizados – que não cumprem a função social da terra urbana – passíveis de serem reutilizados para receber habitação social. Portanto, a dinamização dessas áreas pode contribuir com “[...] o arrefecimento da segregação social e espacial e melhora as possibilidades de integração de diversas classes de renda à economia e à vida urbana.” (BRASIL, 2005, pag.9).

A reintegração da infraestrutura obsoleta na área central das cidades para sua utilização como habitação social, contribui para a diminuição do déficit habitacional, insere a população menos favorecida em um contexto de melhor mobilidade e acessibilidade a serviços básicos, devido à localização privilegiada na malha urbana dessas áreas, além de promover a recuperação/revitalização da paisagem e reafirmar a identidade local.

A presença de pessoas habitando nas áreas centrais também contribui para o aquecimento da economia e aumento de circulação de pessoas durante o dia todo, não somente no horário comercial, o que gera maior sensação de segurança para os que transitam pela região.

3.2 Impacto do envelhecimento das formas nas áreas centrais

O centro da cidade possui uma diversidade de formas que representam a lógica da produção dos seus vários momentos históricos. Os acréscimos e substituições destas formas foram sendo feitos de acordo com as necessidades de adaptação de suas funções para atender a nova dinâmica das estruturas econômica, política e social. A degradação do centro está frequentemente relacionada a presença de formas obsoletas em sua estrutura, estas geralmente são formas velhas que deterioraram por não conseguirem se adaptar as novas funções exigidas pela nova dinâmica do espaço ou pelo surgimento de novas formas mais adequadas.

As formas obsoletas, geralmente deterioradas pelo tempo e pelo descaso do poder público, são formas viúvas^{iv}, elementos velhos, que estão sempre disputando o espaço com os elementos novos (Figura 1). Estas formas – viúvas e velhas – quando se adaptam as novas funções ou tem forte valor simbólico como referencial para a cidade, fazem frente a presença do novo, se mantendo por mais tempo na paisagem da Área Central. Porém na maioria dos centros há preferência pela implantação de formas novas ou formas virgens^v, que se adaptam mais facilmente a nova estrutura vigente (Figura 2), impulsionando o desaparecimento das formas velhas deste local.

Figura 1 – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na área central da cidade (forma viúva).



Fonte: George Maragaia, 2012

Figura 2 – Museu do Amanhã, na área central do Rio de Janeiro (forma virgem).



Fonte: Suzana Camargo, 2015.

Com o constante processo de transformação das formas, funções e estruturas, os centros urbanos sofrem impactos com a perda de seus elementos históricos que contam algo a respeito do passado da cidade, de símbolos da memória coletiva, perdendo elementos naturais para abrir espaços para a implantação de novas formas demandadas pela nova dinâmica local. As formas e as estruturas quando se degradam e deterioram perdem seu valor social e sua historicidade.

A cada mudança, fruto de novas determinações por parte da sociedade, não se pode voltar atrás pela destruição imediata e completa da determinação precedente. Tal destruição não só é por vezes dispendiosa como ainda é de fato impossível. As rugosidades – formas remanescentes dos períodos anteriores – devem ser levadas em conta quando uma sociedade procura impor novas funções. Se o movimento da sociedade impõe mudanças numa cidade como São Paulo, Nova Iorque ou Tóquio, ele não pode acabar de uma vez com a totalidade dos edifícios ali existentes. Assim sendo, resta-nos tão-somente uma mistura de formas novas e velhas, de estruturas criando novas formas mais adequadas para cumprirem novas funções ou se adequando a formas velhas, criadas em instancias já passadas (SANTOS, 1996, p. 75).

O reaproveitamento das formas do passado será sempre necessário, pois as mudanças espaciais da cidade – que envolvem as relações forma/função/estrutura – não podem recriar todas as formas existentes. A Área Central possui formas viúvas e formas virgens; elementos novos e elementos velhos, sendo que a aceitação desse novo elemento vai depender da organização de fatores espaciais, políticos, econômicos, sociais, culturais dentre outros presentes na estrutura local (SANTOS, 2008) (Figura 3).

Figura 3 – Museu de Arte do Rio de Janeiro, edificação nova à esquerda (forma virgem) e edificação histórica à direita (forma viúva).



Fonte: Clarice Tenório Barreto, 2015.

Quanto maior a identidade local e a sensação de pertencimento da sua população, maiores são as chances de preservação das formas viúvas e até mesmo sua integração com formas virgens – como observado na figura 3, onde o Museu de Arte do Rio de Janeiro, localizado em sua área central, é composto por edificações de épocas diferentes, uma de importância histórica (forma viúva), representativa para a cidade, e uma contemporânea (forma virgem), que coexistem em harmonia.

4 CONCLUSÃO

A Área Central das cidades, apesar de sua decadência, continua sendo ponto irradiador da organização espacial da cidade; do encontro entre indivíduos e grupos heterogêneos; de inovação social; de produção de novos tipos de relação, apresentando permanências que reafirmam a importância cultural e arquitetônica deste lugar como coração da urbe.

As intervenções propostas para as Áreas Centrais devem respeitar a herança histórica e cultural que este lugar carrega, pensando em soluções conjuntas que envolvem toda a dinâmica da cidade, preservando momentos excepcionais ou comuns, mantendo a sua diversidade.

Para preservar a Área Central da cidade é necessário levar em conta a diversidade de formas presentes, passadas e atuais. É preciso garantir o uso dessas áreas para assegurar sua preservação, sem que a esta leve ao congelamento da sua paisagem, sendo necessária a coexistência do novo e do velho em sintonia, pois sua riqueza é resultado do movimento da sociedade, do seu caráter heterogêneo.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Reabilitação de Centros Urbanos**. Brasília: Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=687:reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais&catid=76&Itemid=153> Acesso em: 27 abr. 2011

BARRETO, Rogério. **O centro e a centralidade urbana – aproximações teóricas a um espaço em mutação**. Cadernos curso de doutoramento em geografia. FLUP, 2010. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8280.pdf>. Acesso em: 11/05/2013

FARRET, Ricardo L.. **Prefácio**. In: VARGAS, Heliana Comin; DE CASTILHO, Ana Luyisa Howard. *Intervenções em centros urbanos: Objetivos, estratégias e resultados*. 1 ed. São Paulo: Manole Ltda, 2006. p. VII-XII.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

VARGAS, Heliana Comin; DE CASTILHO, Ana Luyisa Howard. **Intervenções em centros urbanos: Objetivos, estratégias e resultados**. In: _____. *Intervenções em centros urbanos: Objetivos, estratégias e resultados*. 1 ed. São Paulo: Manole Ltda, 2006. p. 1-51.

VILLAÇA, Flávio. Centros principais. In: _____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. p. 237-292.

ⁱ Estrutura - inter-relação de todas as partes de um todo, modo de organização ou construção (Santos, 1996)

ⁱⁱ Forma - é o aspecto visível de uma coisa, refere-se ao arranjo ordenado de objetos, um padrão (Santos, 1996)

ⁱⁱⁱ Função - tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa (Dicionário Webster *apud* Santos 1996)

^{iv} Forma viúva – forma a espera de uma utilização (Santos, 1996).

^v Forma virgem – forma criada para novas funções, para receber inovações, como por exemplo, os Shopping Centers (Santos, 1996).